



Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

**ATA da definição das Câmaras Temáticas Permanentes do Conselho
Nacional de Política Indigenista – CNPI**

Pauta: Definição das Câmaras Temáticas e composição

Brasília, 18 de abril de 2024.

ATA/MEMÓRIA

Brasília, 18 de abril de 2024.

Aos dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às 09h32, no Auditório Tancredo Neves no Palácio da Justiça e Segurança Pública, ocorreu o segundo dia da 1ª Reunião do **Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**, após sua reinstalação, que tratou da escolha das entidades indigenistas, posse dos/as Conselheiros/as, aprovação do Regimento Interno do CNPI e de suas Câmaras Temáticas Permanentes. A reunião contou com a participação de organizações indígenas, representantes governamentais, representantes de organizações indigenistas, bem como participantes convidados/as, conforme relação constante na lista de credenciamento anexada a esta ata.

Definição das Câmaras Temáticas Permanentes do CNPI

Às 09h33 da manhã, de 18 de abril de 2024, iniciou-se a leitura e discussão da proposta das Câmaras Temáticas Permanentes do CNPI.

A mesa foi composta por Ceiza Pitaguary/MPI – 1ª Suplente representante do Ministério dos Povos Indígenas, Dinamam Tuxá/APIB – Vice-Presidente do CNPI, Elis Nascimento – SEGAT/MPI e Jecinaldo Barbosa Cabral – APSD/MPI.

Foi feita a leitura da proposta apresentada pelo MPI e equipe organizadora da reunião, conforme primeiro esboço do Regimento Interno que serviu como base para as discussões e diálogo que se seguiram sobre o tema e que foi objeto de discussão pela bancada indígena no dia 16 de abril de 2024 em sua reunião de preparo.

Seção

V

DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

[...]

Art. 22. São Câmaras Temáticas Permanentes do CNPI, de composição paritária, com as seguintes denominações e exemplificações de suas respectivas áreas de atuação:

I – direitos territoriais, proteção e gestão territorial;

II - autodeterminação, direito à consulta e participação social;

III - saúde indígena, assistência social, educação escolar indígena e interculturalidade;

IV - direitos sociais, econômicos e culturais;

V – monitoramento e avaliação;

VI - formação e transversalidade da política indigenista

§ 1º O número de membros de cada Câmara Temática será definido pelo Plenário, conforme demanda, podendo ser composto por conselheiros titulares ou suplentes.

CEIÇA PITAGUARY retomou alguns pontos que foram apresentados como sugestões durante a leitura do Regimento Interno no dia anterior, em 17 de abril de 2024. As sugestões foram:

- Modificar o inciso I para “direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental”;
- Modificar o inciso III para “saúde indígena, assistência social, educação escolar indígena em todos os níveis e interculturalidade”;
- Dividir o conteúdo do inciso III, separando saúde indígena e assistência social do tema de educação;
- Remover o conteúdo do inciso V, qual seja “monitoramento e avaliação”;
- Criar uma 7ª câmara que trate sobre a questão de políticas de gênero, mulheres indígenas e gerações;
- Incluir transversalidade de gênero em todas as câmaras;
- Criar uma câmara temática para direito à memória, verdade e justiça;
- Colocar entre os incisos de cada câmara técnica as alíneas de atribuições;
- Criar uma câmara temática sobre comunidades indígenas em contexto urbano.

Após contextualização, foi aberta a discussão e considerações do plenário.

BRAULINA AURORA/ANMIGA defendeu a importância da criação de uma câmara temática sobre o direito da mulher indígena e de enfrentamento da violência de gênero, sobre a necessidade de se fazer política pública voltada para essa questão, que é um tema que deve ser levado para dentro e fora dos territórios. LÚCIA ALBERTA/FUNAI somou coro ao posicionamento.

Proposta de texto final: “V – Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+”.

AMARÉ GONÇALVES/TO e outros/as representantes de organizações indígenas salientaram sobre a importância de se dividir os temas de educação e saúde em câmaras temáticas distintas, tendo em vista a complexidade e demanda desses temas. E indicou que deveriam ser mantidas apenas 6 câmaras temáticas com os maiores temas. Esse posicionamento foi apoiado e reforçado por diversas/os representantes das organizações indígenas ao longo do debate sobre o tema. Ainda foi mencionado o papel do esporte na formação educacional.

MÁRCIA MENDONÇA/RJ informou que os temas de saúde, educação e demarcação são temas prioritários em seu estado, pois sem a demarcação não tem saúde de qualidade nas aldeias. Relatou a experiência de sua comunidade que ficou um mês sem atendimento da SESAI, estão sem contrato com os professores e até hoje sem aula para as crianças na aldeia. Entende que o CNPI é o espaço legítimo para que os/as Conselheiros/as também tragam questões como essas que estão acontecendo em suas regiões e territórios para que sejam discutidas. Informou que saúde não dá para esperar, tem crianças, idosos e gestantes sem atendimento. Ressaltou a importância do reconhecimento do trabalho desses agentes e a necessidade de remuneração adequada.

SENHOR CELESTINO, quanto ao tema, informou também sobre a importância do conhecimento tradicional na saúde indígena e do papel fundamental que as matas brasileiras têm enquanto remédio para os povos indígenas.

ELIS NASCIMENTO/MPI, diante as falas relativas ao quantitativo de câmaras, esclareceu para todos/as que, segundo o Decreto 11.509/2023, que reinstalou do CNPI, somente são possíveis 6 Câmaras Temáticas Permanente e que as demais podem ser temporárias (art. 13).

LUIZ FERNANDO MATCHUA/MS mencionou a questão da defesa dos povos originários sem levar em consideração os povos indígenas que estão em contexto urbano e que isso não vem sendo considerado pelos municípios para a propositura do orçamento. Que se trata de tema importante a ser visibilizado pelas câmaras temáticas. ELÁDIO KOKAMA/AM também coloca a questão da necessidade do levantamento de dados sobre povos indígenas urbanizados.

JOÊNIA WAPICHANA/FUNAI, diante os diversos anseios de temas a serem incluídos, lembrou que o parágrafo 2º do art. 22 do Regimento Interno permite a criação de grupos de trabalho permanentes ou temporários nas câmaras e que o que não for definido na oportunidade desta reunião poderá ser contemplado em discussão posterior. Apresentou proposta de se criar as alíneas específicas dentro das câmaras temáticas, sendo que estas últimas podem ter temas mais gerais. Também entende que educação deveria ser uma câmara única. Propôs que o inciso IV poderia ser “direitos indígenas sociais, econômicos, culturais e esportivos”. Também salientou a importância de se trabalhar por meio de uma câmara temática a questão da segurança pública nos territórios indígenas, diante o alto grau de violações e ameaças que sofrem.

A Presidente da FUNAI ainda salientou sobre a importância de aproveitar câmaras e conselhos que já estão trabalhando nas temáticas propostas, para não duplicar trabalhos, como os diversos temas que já são discutidos no CG-PNGATI. Que a ideia seria, à disposição do parágrafo 3º do art. 22 do Regimento Interno, que sejam feitos trabalhos conjuntos e colaborativos.

JOCELINO TUPINIQUIM/ES sugeriu que o texto do inciso I seja “direitos territoriais, gestão ambiental e territorial, proteção da biodiversidade e patrimônio genético”. Concordou com a proposta de se pensar em alíneas para as câmaras temáticas, que devem ter um texto mais geral. Sobre a proposta de se inserir a questão de povos indígenas da cidade e de contexto urbano, salienta a importância de um maior debate e cuidado com o tema, tendo em vista o número de autodeclarados que vem crescendo e traz sensibilidade quanto à representação.

IANUKULA SUIÁ/COIAB concordou com a proposta de temas mais amplos nas câmaras permanentes e de se pensar em alíneas para especificar temas. E que para além das seis câmaras permanentes também é possível já se pensar em câmaras temporárias relativas a temas não contemplados nas primeiras.

JOÃO VICTOR GOMES/APOINME sugeriu incluir em saúde indígena o tema de conhecimentos tradicionais e pesquisa científica indígena, considerando a presença de indígenas na academia e que estão fazendo pesquisas e enriquecendo a bibliografia indígena. Também sugeriu incluir no inciso IV os temas de infância e juventude indígena.

NATHANAEL DE SOUZA/MRE informou que a expressão usada em instrumentos internacionais que tem uma conotação jurídica é “conhecimento tradicional associado à biodiversidade”. Sugeriu a adoção deste, pois é mais amplo e vai além do patrimônio genético.

MIRIM JU YAN/DF falou sobre a necessidade de se pensar nos temas guarda-chuvas para depois qualificar os temas de discussão de cada tema macro, como terra, saúde, direitos sociais, educação e cultura, economia (entende que este último deveria ser uma câmara única), e uma última câmara que poderia ser voltada mais para a questão política. Alguns eixos serão de conexão de mais de uma câmara, como conhecimento tradicional que estará em saúde e educação.

WEIBE TAPEBA/SESAI trouxe a preocupação de que no CNPI anterior já tinha quase a mesma dinâmica, e que é possível criar subcomissões dentro das câmaras temáticas para se atender a amplitude de temas propostos. Concordou com Joênia Wapichana que a segurança pública é uma questão latente. Que as alíneas já podem ser criadas pensando-se nas subcomissões e que seria interessante criá-las para pensarem como trabalhar de forma estratégica os subtemas ligados ao tema central. Entende que as câmaras temáticas são amplas mesmo e que talvez seja interessante definir neste momento os temas mais macros e que as alíneas talvez possam ser pensadas em momento posteriores, pois é uma discussão bem complexa.

JECINALDO SATERÉ-MAWÉ/MPI informou que a proposta apresentada pelo MPI para a discussão da bancada indígena e dos/as conselheiros/as foi resultado de ampla discussão entre MPI e APIB e que as câmaras temáticas foram propostas com base no próprio Decreto do CNPI e que essa proposta que consta da pasta de todos/as está de acordo com a sugestão de Joênia Wapichana em relação a temas macro e que demais temáticas podem ser objeto de alíneas, na perspectiva de especificar mais.

Às 10:23 de manhã, CEIÇA PITAGUARY/MPI apresentou as câmaras temáticas que resultaram de todo o diálogo até o momento:

Art. 22. São Câmaras Temáticas Permanentes do CNPI, de composição paritária, com as seguintes denominações:

I – direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental;

II – autodeterminação, direito à consulta e participação social;

III – saúde indígena e assistência social;

IV – educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades;

V – proteção e enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+;

VI – direitos indígenas sociais, culturais e econômicos.

JECINALDO SATERÉ-MAWÉ/MPI chamou a atenção para a extinção da itens da câmara de “monitoramento e avaliação” que estava na proposta inicial e sugere para que seja criada então uma subcomissão com este tema, pelo fato de serem temas importantes, como o acompanhamento legislativo, PPA, PLOA, monitoramento e avaliação da política indigenista.

LÚCIA ALBERTA/FUNAI e CEIÇA PITAGUARY/MPI retomaram o tema de se ter o cuidado de não criar câmaras que se sobrepõem a câmaras e comissões de outros órgãos colegiados, como no CG-PNGATI, educação e na saúde, pois isso enfraquece os parentes que estão nesses outros

espaços. Então, quando necessário trazer esses representantes para o CNPI, como no caso da universidade indígena e outras políticas, para se evitar discussão paralela e retrabalho. O parágrafo 3 do artigo 22 do Regimento Interno passou por modificação nesse sentido: “§ 3º As Câmaras Temáticas poderão convidar e discutir conjuntamente, sempre que julgarem necessário, pessoas, entidades da sociedade civil e do poder público e comitês e comissões já existentes que possam colaborar com o desenvolvimento dos seus trabalhos”.

GUSTAVO/INA falou das sinergias entre essas câmaras específicas, mas que não tem sobreposição, vez que a atuação do CNPI pode ser complementar quanto aos temas que já estão sendo trabalhados nesses outros espaços. Ressaltou também que entende que a primeira proposta de câmaras temáticas proposta pelo MPI está bem robusta e que talvez fosse melhor espelhar ela para trabalhar em cima disso.

A proposta foi refutada. A mesa entende que não cabe essa discussão, pois a bancada indígena já considerou essa proposta inicial e fez suas considerações. Informou que a primeira proposta pode ser apresentada como subcomissões, como GTs ou como CT temporárias. GUSTAVO reforçou entender que a estrutura atual é bem diferente.

Foi mencionado por alguns e algumas representantes que não se dá para discutir as câmaras temáticas e as subcomissões na plenária, pois é um tema complexo. E que para fazer essa discussão também seria importante saber quais são os recursos destinados para cada câmara temática trabalhar. A este tema, CEIÇA PITAGUARY informa que existe previsão no decreto e no regimento de que os custos para as atividades do CNPI ficam a cargo do Ministério dos Povos Indígenas.

Após essas últimas considerações, a mesa abre para votação. Aprovada pela maioria presente a proposta que foi trabalhada em plenária, com o texto que se segue:

Art. 22. São Câmaras Temáticas Permanentes do CNPI, de composição paritária, com as seguintes denominações:

I – direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental;

II – autodeterminação, direito à consulta e participação social;

III – saúde indígena e assistência social;

IV – educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades;

V – proteção e enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+;

VI – direitos indígenas sociais, culturais e econômicos.

COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

Às 10:51 da manhã, de 18 de abril de 2024, iniciou-se o trabalho de composição Câmaras Temáticas Permanentes do CNPI.

MARCOS XUCURU/APOINME relembrou que não estão representando o povo ou região, mas uma organização. Ressaltou a paridade entre governo e bancada indígena nas composições.

Foi solicitado por vários/as Conselheiros/as um tempo para a decisão da composição de cada Câmara Temática. O tempo foi concedido pela mesa.

Às 11:47 houve o retorno com os nomes de cada organização em cada Câmara Temática, conforme tabela abaixo:

CÂMARAS TEMÁTICAS	GOVERNO	ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS	ORGANIZAÇÕES INDIGENISTAS
I - direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental;	MPI FUNAI ICMBIO MDR MD MT SRI MDA SESAI MJSP MRE INCRA	Apoime: Cacique Cal Potiguara Marcos Xucuru Cassimiro Tapeba Cleonice da Silva Albino Marques Nascimento Dan Selmo Xucuru Kariri CGY: Marcos Tupã Helio Gimenes Fernandes Centro-oeste: Mirim Ju Yan Sergio Terena Arpinsudeste: Chicão Terena Renato Santos Coiab: Eladio Kokama Eliane Xunakalo Francisco Piyãko Edinho Batista Jonas Sansão José Luis Cassupá Elis Tupinambá Arpinsul: Isaias Kaingang	
II - autodeterminação, direito à consulta e participação social;	MPI FUNAI SESAI MRE MT ICMBIO MME	Apoime: Agnaldo Pataxó Hã hã hãe Coiab: Carla Jarraira Luene Karipuna Ianukula Suiá Arpinsul: Brasílio Xokleng	

<p>III - saúde indígena e assistência social;</p>	<p>MPI FUNAI SESAI MEC MRE MDS</p>	<p>Apoiname: Sandro Potiguara Lindomar Xokó Dorinha Pankará Marcos Sabaru Alexandre Pataxó CGY: Ivanilde Kerexu Centro-oeste: Monica Ferreira Arpinsudeste: Avani Oliveira José Ribeiro Coiab: Ubirajara Sompré Zé Apurinã Francimar Silva Carlos Brandão Arpinsul: Cássia Kaingang</p>	
<p>IV - educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades;</p>	<p>MEC FUNAI MPI SESAI MRE</p>	<p>Apoiname: Elaine Patrícia Jocelino Tupinikim Savio Tabajara Taise Potiguara CGY: Irineu Ortega Mariano Centro-oeste: Gilmar Veron Arpinsudeste: Marcia Mendonça Anmiga: Jozileia Kaingang Coiab: Amaré Gonçalves Brito Danilo Lopes Guajajara Costa Mariazinha Baré Aventino Tirió Arpinsul: Kronun Kaingang</p>	
<p>V – proteção e enfrentamento às violências de gênero contra as mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+;</p>	<p>MPI FUNAI SESAI MRE MM MDHC</p>	<p>Apoiname: Layne Tupinikim CGY: Marilda Lyrio de Oliveira Centro-oeste: Karoline Romeiro Arpinsudeste: João Mendonça Anmiga: Braulina Aurora Coiab: Maila Karajá Diolina Krikati Arpinsul: Jociele Kaingang</p>	

<p>VI – direitos indígenas sociais, culturais e econômicos.</p>	<p>MPI MTUR FUNAI SESAI MRE MDS SRI MDA MDHC</p>	<p>Apoiname: João Vitor Pankararu Ednaldo Tabajara Giba Tuxá Centro-oeste: Wilson Francisco Luiz Fernando Kadiwéu Anmiga: Shirley Krenak Coiab: Lucas Demétrio Maria Eva Canoé Jaime Rikibatsa Wuriu Manchinéri Kamoju Wajapi Thaynara Munduruku</p>	
-----------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Ressalta-se que não houve indicação quanto às organizações indigenistas e que alguns órgãos e instituições de governo não estavam presentes neste momento.

LARA AMORELLI/MIDR mencionou que o decreto fala sobre paridade, mas o governo nunca terá o mesmo número para ter essa composição paritária. Isso não seria problema tendo em vista que as CTs não são deliberativas e ainda tem a possibilidade de convidados e que além disso os órgãos, dependendo do tema a ser debatido, também terão que levar técnicos especializados no tema para agregar ao debate. Indicou pensar se a paridade faz sentido *strictu sensu*.

MIRIM YAN/DF colocou que ter a representação das organizações em mais de uma CT é importante, tendo em vista a diferença de número de representantes por região e que algumas organizações tem menos representação que outras e não conseguiriam estar presente em todas as CTs com representantes distintos. Isso é para viabilizar o acompanhamento dos diversos temas que estão sendo debatidos.

DINAMAM TUXÁ/APIB levantou a questão de que as CTs terão reuniões no mesmo horário, então uma pessoa não conseguirá acompanhar todas. Além disso, os temas do debate sempre irão à plenária, oportunidade em que todos poderão contribuir para o debate.

Frente a isso, após deliberação em plenário, os/as Conselheiros/as entenderam que não existe a necessidade de estar em mais de uma CT e se dividiram conforme tabela acima.

MARCOS XUCURU/APOINME e JECINALDO/MPI informaram que a periodicidade de reuniões no decreto está errada, de 4 em 4 anos e já vai ter que ser modificado, então essa questão da paridade também pode ser rediscutida. Diante da votação, todos concordaram em retirar a necessidade de paridade na composição das CTs do Decreto.

JOÊNIA WAPICHANA/FUNAI trouxe a proposta de criação de um GT para discutir o Decreto e as mudanças necessárias que foram identificadas. A proposta não foi aceita pelos demais, tendo em vista que as mudanças são mínimas e rediscutir todo o decreto poderia acarretar prejuízos ao CNPI, que já tem um regimento validado conforme reunião do dia anterior.

CEIÇA PITAGUARY/MPI e JOÊNIA WAPICHANA/FUNAI propuseram que MPI e FUNAI se organizem para participar de todos os grupos, tendo em vista a importância de que estejam presentes em todos os eixos temáticos. Demais Conselheiros/as também se posicionaram sobre a

importância da participação da FUNAI e do MPI em todas CTs, que poderiam participar enquanto convidados para garantir a presença de representantes das organizações.

NATHANAEL DE SOUZA/MRE informou que todos os temas também tem interesse de repercussão internacional e que seria bom não manter as reuniões das CTs no mesmo horário, pois mesmo com os suplentes não poderão estar presentes em todos.

DINAMAM TUXÁ/APIB informou que nem todos os membros de governo tomaram posse ontem, então não podem designar neste momento.

SABARÚ/APOINME informou que o governo tem seu corpo técnico que pode subsidiar seus representantes, então não é difícil garantir essa paridade. A disparidade já é posta diante essa questão de apoio técnico.

DINAMAM TUXÁ/APIB informou que essa questão da paridade já ficou como encaminhamento para ser modificado no Decreto.

JOÊNIA WAPICHANA/FUNAI ressaltou mais uma vez a possibilidade de trazer convidados para as CTs, entendendo que as CTs devem ter liberdade para a composição que entendem necessária para cada tema.

Foi encaminhado que no primeiro chamamento das reuniões das CTs as suas coordenações serão definidas. Todos de acordo. A primeira reunião das Câmaras Temáticas será chamada pela Secretaria-Executiva do CNPI, conforme informe da mesa após indagação de LÚCIA ALBERTA/FUNAI.

Após, passou-se a outras deliberações do plenário para além do tema das Câmaras Temáticas.

ENCAMINHAMENTO

1. Criar as alíneas que especificam os subtemas dentro das câmaras temáticas permanentes.
2. Não duplicar trabalhos como os diversos temas que já são discutidos no CG-PNGATI. À disposição do parágrafo 3º do art. 22 do Regimento Interno do CNPI, que sejam feitos trabalhos conjuntos e colaborativos.
3. Retirar a necessidade de “composição paritária” das Câmaras Temáticas do art.13 do Decreto Nº 11.509/2023.
4. Corrigir no Decreto Nº 11.509/2023, art. 7º, a periodicidade das reuniões ordinárias do CNPI para ocorrer de 4 em 4 meses, ou seja, três vezes ao ano. Consta no Decreto atual que ocorrerá a cada 4 anos.
5. MPI e FUNAI se organizarem para terem representação em todas as câmaras temáticas, tendo em vista a importância de todos os eixos temáticos para sua atuação.
6. No primeiro chamamento das reuniões das câmaras temáticas, as suas coordenações serão definidas.

7. A primeira reunião das Câmaras Temáticas será chamada pela Secretaria-Executiva do CNPI.